

A Feminização do Trabalho Docente

Daniela da Silva Azevedo – UEG/UnU Itaberaí
dani_hti@hotmail.com

Juliane dos Santos e Silva – UEG/UnU Itaberaí
jhulisantos-@hotmail.com

Raimundo Marcio Mota de Castro – UEG/UnU Itaberaí
Doutorando em Educação – PPG – PUC- Goiás
prof.marciocastro.posgrad@hotmail.com

Resumo: Ao longo dos anos, nota-se que o trabalho docente, assim como a organização escolar, passou por inúmeras transformações. Tais acontecimentos podem ser divididos em duas fases: a primeira em que a escola é governada pela igreja, até meados do século XVIII; e a segunda, quando se tornou responsabilidade do Estado, condição que perdura até hoje. Se antes possuía características eclesiais voltadas para a vocação e dedicação extremadas sendo geralmente exercida por religiosos, aos poucos foi se estatizando e funcionalizando, da forma que vigora até os dias atuais. Ao passar à responsabilidade do Estado, no século XVIII, a fim de que fossem atendidas as necessidades sociais, econômicas e de produção, visto que as classes trabalhadoras necessitavam cada vez mais de escolarização básica para desempenhar as atividades decorrentes dos novos postos de trabalho criados pelo crescente desenvolvimento econômico, o trabalho docente vai tornando-se uma atividade basicamente feminina. Esta pesquisa em andamento, de caráter qualitativo e bibliográfico, apoiada nas teorias de Apple (1995); Costa (1995); Hypólito (1997); Nóvoa (1991) entre outros autores que discutem o trabalho docente, as relações de gênero e as relações socioeconômicas que se estabelecem na formação e organização da educação e da docência, tem por objetivo analisar os motivos e as causas que contribuíram para essa transformação, examinando as relações de gênero, bem como as relações sociais, econômicas e históricas envolvidas neste processo. Até o momento, verificou-se que: i) com a expansão da rede pública de ensino e com o aumento do número de professores, as diferenças entre o modelo eclesial e laico de educação se acentuaram, evidenciando cada vez mais a necessidade de profissionalização, pois, quanto mais os docentes se constituíam como uma categoria de profissionais assalariados, buscando se organizar sindicalmente e lutando por seus direitos, mais se afastavam

do modelo eclesial, visto que a comunidade perdia o controle sobre o comportamento, conduta moral e sobre o conteúdo a ser ensinado; ii) o processo de funcionalização é resultado de um “acordo” no qual os docentes aderem ao Estado em troca de um estatuto que lhes garanta autonomia como corpo administrativo, garantindo ao Estado, por sua vez, maior controle sobre a escola; iii) o trabalho docente foi encarado como aquele que permitiria sua compatibilização com os trabalhos domésticos, pois seu foco era o cuidar de crianças. Acrescenta-se ainda o fato de que era um trabalho socialmente aceito para a mulher. Este conjunto de fatores faz com que o início do século XX, fosse marcado pela massiva presença de mulheres neste campo de trabalho; e, iv) as relações socioeconômicas são determinantes na construção e consolidação de políticas educacionais. Portanto, conclui-se que a feminização do trabalho docente, aconteceu tanto devido à expansão do campo educacional e crença de mão de obra, o que praticamente exigia a presença da mulher neste tipo de trabalho uma vez elas precisavam trabalhar – algumas por necessidades econômicas, outras como forma de reconhecimento social que não era obtido com as atividades realizadas no lar. Quanto pelo afastamento dos homens da docência, especialmente da educação infantil, devido às crescentes exigências de aumento do currículo através de cursos de formação, e também pela impossibilidade de conciliar o magistério com outras profissões, somando-se o fato do magistério ser uma profissão mal remunerada. Tais considerações proporcionam entender o forte entrelaçamento entre a educação e as relações socioeconômicas produzidas historicamente.

Palavras-Chave: Feminização; Trabalho Docente; Educação.